



# APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO MUNICIPAL

## MÓDULO 01

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL E NO CEARÁ

Prof<sup>a</sup>. Dra. Kamila Vieira de Mendonça  
e Prof. Dr. Marcelo Lettieri Siqueira

Fortaleza, 2019



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ



Fundação  
Demócrito Rocha

## FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA (FDR)

Presidente: **João Dummar Neto**

Diretor Administrativo-Financeiro: **André Auelino de Azevedo**

## UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE (UANE)

Gerente Pedagógica: **Viviane Pereira**

Supervisora de Operações: **Marisa Ferreira**

Secretário Escolar: **Joel Bruno de Lima**

## CURSO APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO MUNICIPAL: AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL

Concepção e Direção Geral: **Cliff Villar**

Coordenação Adjunta: **Ana Cristina Barros**

Coordenação e Conteúdo: **Marcelo Lettieri e**

**Marcelo Maciel**

Estratégia e Relacionamento: **Adryana Joca e**

**Alexandre Medina**

Gerência Administrativa: **Juliana Cassundé**

Gerência de Produção: **Gilvana Marques**

Analista de Projetos: **Rebeca Sabóia**

Analista de Marketing: **Patrícia Alencar**

Produção: **Juliana Guedes**

Edição de Design e Projeto Gráfico: **Amaurício Cortez**

Editoração Eletrônica: **Marisa Marques de Melo**

Ilustração: **Rafael Limaverde**

Revisão de Texto: **Daniela Nogueira**

Catálogo na Fonte: **Eduander Pires (CRB-3/1212)\***

\*Atendendo às orientações do Conselho Federal de Biblioteconomia.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: **Conselheiro Edilberto Carlos**

**Pontes Lima**

Vice-Presidente: **Conselheiro Rholden Botelho de Queiroz**

Corregedor Geral: **Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior**

Conselheiros:

**Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa**

**Soraia Thomaz Dias Victor**

**Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes**

**Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior**

Conselheiros Substitutos:

**Itacir Todero**

**Paulo César de Souza**

**Manassés Pedrosa Calvacante**

**Fernando Antonio Costa Lima Uchôa Junior**

**David Santos Matos**

## MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE CEARÁ

Procurador-Geral: **Júlio César Rola Saraiva**

Procuradores:

**Eduardo de Sousa Lemos**

**Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre**

**José Aécio Vasconcelos Filho**

**Leilyanne Brandão Feitosa**

**Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristiano**

M494d

Mendonça, Kamila Vieira de

Desenvolvimento brasileiro e políticas públicas para as cidades / Kamila Vieira de Mendonça, Marcelo Lettieri Siqueira e Andreia Vieira de Mendonça. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

63 p. : il. color.

(Aperfeiçoamento em Gestão Municipal; n. 1, módulos 1 e 2).

ISBN 978-85-XXXX-XXX-X

Publicado em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Tributação. 4. Gestão de políticas públicas. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Siqueira, Marcelo Lettieri. II. Mendonça, Andreia Vieira de. III. Título.

CDD 330.98131

Todos os direitos desta edição reservados a:



Fundação  
Demócrito Rocha

Fundação Demócrito Rocha

Av. Aguanambi, 282/A - Joaquim Távora

Cep 60.055-402 - Fortaleza-Ceará

Tel.: (85) 3255.6037 - 3255.6148 -

Fax (85) 3255.6271

fundacaodemocritorocha.com.br

fundacao@fdr.com.br



# APRESENTAÇÃO



No **MÓDULO 01**, apresentaremos uma síntese histórica do desenvolvimento econômico e social no Brasil e no Ceará, trataremos do conceito de desenvolvimento econômico; discutiremos a relação entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda; analisaremos os problemas relacionados ao desenvolvimento regional no Brasil e avaliaremos como a questão ambiental tem sido inserida nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Por fim, discutiremos as novas perspectivas e tendências do desenvolvimento econômico no século XXI.

**Boa leitura!**



## MÓDULO 01

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL E NO CEARÁ

**Ementa:** Apresentar uma síntese histórica do desenvolvimento econômico e social no Brasil e no Ceará, os conceitos relevantes para se entender a relação entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade social; analisar os problemas relacionados ao desenvolvimento regional no Brasil e avaliar como a questão ambiental se insere nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Novas tendências e perspectivas.

**Autores:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Kamila Vieira de Mendonça e Prof. Dr. Marcelo Lettieri Siqueira.



# 1.

## CONCEITOS

### E SÍNTESE HISTÓRICA

#### 1.1. O QUE É DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO?

No Brasil, duas correntes de pensamento econômico se debruçaram sobre o tema do desenvolvimento. De um lado, os neoclássicos – representados pelos economistas Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e Isaac Kerstenetsky – encaravam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico apenas, defendendo a tese de que bastava uma política que fizesse “o bolo crescer”, para que todos fossem beneficiados; de outro lado, os economistas de orientação crítica – da tradição cepalina<sup>1</sup>, como Raul Prebisch e Celso Furtado – viam o desenvolvimento como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas



<sup>1</sup> Referente à Cepal – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, das Nações Unidas.





produtivas, defendendo a necessidade de se pensar o desenvolvimento conjugado com políticas de redução das desigualdades sociais e regionais<sup>2</sup>.

Para Celso Furtado, o Estado seria o agente que deveria liderar o processo de construção de um sistema econômico nacional e dinâmico que priorizasse o desenvolvimento das forças produtivas do país. Ou seja, o país deveria construir um projeto de desenvolvimento econômico em que o Estado nacional figurasse como planejador central. Essa foi a principal premissa dos planos de desenvolvimento instituídos no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970.

No entanto, após a estagnação dos anos 1980, as discussões em torno de um projeto de desenvolvimento nacional que buscasse construir um sistema econômico nacional e dinâmico foram abandonadas, principalmente a partir dos anos 1990, período sob a influência do **Consenso de Washington**, que pregava a desregulamentação, a privatização e a busca por um Estado mínimo, fundamentos do modelo neoliberal.

O **Consenso de Washington** foi como ficou popularmente conhecido um encontro ocorrido na capital dos Estados Unidos em 1989. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações que visava, principalmente, à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

Apesar disso, hoje, prevalece o conceito de desenvolvimento econômico defendido pela corrente cepalina, como se pode constatar a partir das definições encontradas nos modernos manuais e dicionários de economia.

---

<sup>2</sup> Siqueira (2014).



Segundo o *Dicionário de Economia*<sup>3</sup>, por exemplo, desenvolvimento econômico é equivalente a crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia.

O desenvolvimento econômico implica a conjugação de crescimento econômico com *“as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)*<sup>4</sup>”.

Mas, partindo da premissa de que desenvolvimento é muito mais do que mero crescimento econômico, os economistas começaram a enfrentar um novo problema: que variáveis poderiam ser utilizadas para medir (e comparar) o nível de desenvolvimento de um país ou comunidade? Seria possível construir um indicador que abarcasse a multifacetada característica desse conceito econômico?

A partir dessa constatação, diversas variáveis e indicadores – como a renda per capita, a taxa de desemprego, os indicadores de saúde, educação, desigualdade e pobreza – passaram a ser incluídos na análise; mas foi somente em 1990, a partir dos trabalhos dos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, que se chegou a um indicador mais amplo, aceito mundialmente, e que vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual<sup>5</sup>. Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH.

O IDH é um indicador de desenvolvimento humano calculado a partir de dados de saúde (expectativa de vida ao nascer), de educação

---

<sup>3</sup> Sandroni (1998).

<sup>4</sup> Vasconcellos e Garcia (1998).

<sup>5</sup> Mais detalhes podem ser consultados no Relatório Anual do PNUD, disponível em [http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_RDHGlobais](http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais) (Acesso em 08/05/2019).





(anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade) e de padrão de vida (**PIB per capita**). Os dados da **Tabela 01** a seguir mostram a posição relativa de alguns países, incluindo o Brasil, tanto em termos de tamanho da economia (PIB) quanto de desenvolvimento humano (IDH).

O **PIB per capita** é a relação entre o PIB e a população de um país. É uma medida de Renda Média dos cidadãos de um determinado país, estado ou município. No Brasil, por exemplo, o PIB per capita de 2018 foi de R\$ 32.747,00, o que equivale à Renda Média Anual do brasileiro naquele ano.

**TABELA 01 – IDH E PIB PER CAPITA (DADOS DE 2014)**

Ordem	País	IDH	Pib per Capita (US\$ PPP)
<b>IDH Muito Alto</b>			
1	Noruega	0,944	64.992
2	Austrália	0,935	42.261
3	Suíça	0,930	56.431
4	Dinamarca	0,923	44.025
5	Holanda	0,922	45.435
10	Nova Zelândia	0,913	32.689
20	Japão	0,891	36.927
40	Argentina	0,836	22.050
<b>IDH Alto</b>			
50	Rússia	0,798	22.352
75	Brasil	0,755	15.175
90	China	0,727	12.547
<b>IDH Médio</b>			
110	Indonésia	0,684	9.788
130	Índia	0,609	5.497
140	Gana	0,579	3.852
<b>IDH Baixo</b>			
170	Senegal	0,466	2.188
180	Moçambique	0,416	1.123
188	Niger	0,348	908

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

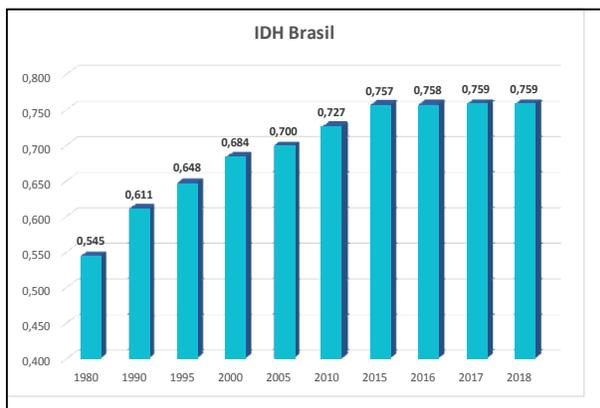


Observa-se, pois, que não há uma relação direta entre o tamanho da economia (a renda bruta do país) e o seu índice de desenvolvimento humano, embora os países menos ricos (ou mais pobres) tenham a tendência a terem baixo desenvolvimento humano (como no caso dos países africanos que figuram nas últimas posições do ranking).

Salta aos olhos, também, a posição desconfortável de algumas das maiores economias do mundo, como a da China e da Índia, que, embora ocupem a 2ª a 4ª posições no ranking de renda agregada (PIB), respectivamente, somente ocupam as vergonhosas **86ª e 130ª posição no ranking de IDH** em 2018.

O Brasil, por sua vez, embora na 7ª posição no ranking de renda agregada (PIB), segundo o Banco Mundial, ocupa a 79ª posição no ranking de IDH, atrás da Argentina e da Venezuela. O gráfico a seguir mostra a evolução do IDH brasileiro de 1980 até 2018:

## GRÁFICO 01



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA

Verificamos que o Brasil tinha um baixo índice de desenvolvimento humano em 1980 (IDH de 0,545), atingiu um grau de desenvolvimento médio em 1990 (IDH de 0,611), passando ao clube dos países



com alto nível de desenvolvimento humano somente a partir de 2010 (IDH de 0,727), mas ainda distante do seletivo grupo dos países de grau muito alto (IDH superior a 0,800)<sup>6</sup>.

O **“Atlas de Desenvolvimento no Brasil”** divulga um ranking do IDH para os municípios brasileiros, conhecido como IDHM. Em 2010, último ano em que foi calculado, tínhamos a seguinte situação para alguns municípios selecionados:

**TABELA 02**

Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010
1 <sup>o</sup>	São Caetano do Sul (SP)	0,862
2 <sup>o</sup>	Águas de São Pedro (SP)	0,854
3 <sup>o</sup>	Florianópolis (SC)	0,847
4 <sup>o</sup>	Balneário Camboriú (SC)	0,845
4 <sup>o</sup>	Vitória (ES)	0,845
10 <sup>o</sup>	Curitiba (PR)	0,823
20 <sup>o</sup>	Belo Horizonte (MG)	0,810
30 <sup>o</sup>	Campinas (SP)	0,805
76 <sup>o</sup>	Fernando de Noronha (PE)	0,788
210 <sup>o</sup>	Recife (PE)	0,772
467 <sup>o</sup>	Fortaleza (CE)	0,754
1.486 <sup>o</sup>	Sobral (CE)	0,714
2.386 <sup>o</sup>	Limoeiro do Norte (CE)	0,682
2.573 <sup>o</sup>	Russas (CE)	0,674
3.902 <sup>o</sup>	Morada Nova (CE)	0,610
5.325 <sup>o</sup>	Salitre (CE)	0,540
5.563 <sup>o</sup>	Atalaia do Norte (AM)	0,450
5.564 <sup>o</sup>	Fernando Falcão (MA)	0,443
5.565 <sup>o</sup>	Melgaço (PA)	0,418

**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento no Brasil (2010)

<sup>6</sup> O IDH dos Municípios pode ser consultado no seguinte endereço da internet: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. (Acesso em 06/04/2019).





Os dados mostram que os municípios que ocupam as melhores posições estão nas regiões Sul e Sudeste, além do Distrito Federal. O município do Nordeste mais bem posicionado é Fernando de Noronha (PE), que ocupa a 76ª posição, seguido por Recife (PE), na 210ª colocação.

No estado do Ceará, Fortaleza é a cidade de maior IDH (0,754), ocupando a 467ª posição. Algumas cidades do Ceará, por exemplo, ocupam as seguintes colocações: Sobral (1.486ª), Limoeiro do Norte (2.386ª), Russas (2.573ª) e Morada Nova (3.902ª). O pior município do Ceará é Salitre (5.325ª) e os três piores do Brasil são Atalaia do Norte (AM), Fernando Falcão (MA) e Melgaço (PA).

Os dados mostram, ainda, que 4.690 municípios (de um total de 5.565, ou seja, mais de 84%) possuíam IDH abaixo da média brasileira, que era de 0,737 em 2010. Trata-se de uma situação vexatória, com municípios em situação pior do que alguns países paupérrimos da África.

## 1.2. SÍNTESE HISTÓRICA EM DADOS SOCIAIS

O Brasil, historicamente, apresenta evolução positiva do produto *per capita*<sup>7</sup>. Até os anos 1980, exceto em alguns anos da década de 1960, o PIB *per capita* cresceu e, de 1980 até o ano 2016<sup>8</sup>, observou-se uma maior oscilação, verificando-se em alguns anos taxas negativas.

Porém, como mostrado anteriormente, o conceito de desenvolvimento envolve aspectos que vão além da ideia de crescimento econômico. É importante levar em consideração a forma como esse crescimento ocorre e como os resultados desse crescimento se reuertem para uma melhora na qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, para se verificar os aspectos relacionados ao desenvolvimento no Brasil e no Ceará, serão utilizados alguns indicadores sociais<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Gremaud et al, 2002.

<sup>8</sup> IBGE, 2019.

<sup>9</sup> IPECE, 2018.





Um indicador que caracteriza as condições de saúde das pessoas é a proporção da população em domicílios com abastecimento de água por rede geral de distribuição. No período de 2006 a 2015, esse indicador apresentou certa oscilação, com cobertura de 78,8% da população no ano de 2017. No Brasil, esse indicador apresentou trajetória minimamente crescente de 2006 a 2015, apresentando, em 2017, cobertura de 84,9% da população. A falta de abastecimento de água tem consequências sobre a saúde, aumentando a vulnerabilidade às doenças de veiculação hídrica e implicando diretamente a taxa de mortalidade infantil.

O serviço de coleta de lixo é um indicador que evidencia questões de risco ambiental por conta da poluição e da contaminação, sendo também um fator de risco à saúde. No Ceará, a proporção da população residente em domicílios com coleta direta ou indireta de lixo apresentou tendência mínima crescente no período de 2006 a 2015. Com cobertura de 76,6% em 2015, o Ceará apresenta uma distância considerável da nacional, que foi de 88% no mesmo ano. Em 2017, houve uma evolução, no Estado (81,8%) e no País (90%).

A esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil destacam-se por estarem diretamente relacionadas às chances de um recém-nascido sobreviver até o primeiro ano de vida.

A esperança de vida no Ceará, em 2006, era de 71,3 anos e, em 2015, passou a ser de 73,6. No Brasil, em 2006, a esperança de vida era de 72,4 anos e, em 2015, de 75,4 anos. Essa evolução pode ser explicada pelo comportamento da taxa de mortalidade infantil, uma vez que os óbitos infantis influenciam diretamente na mensuração desse indicador. Em 2006, o Ceará apresentou 25,3 óbitos de crianças com menos de um ano de vida para cada 1.000 nascidas vivas e, em 2016, esse número reduziu para 14,4. No Brasil, em 2006 esse indicador passou de 21 para 13,3 óbitos em 2016.

Sobre a situação educacional da população, observa-se que, em 2006, a taxa de analfabetismo atingia 10,5% dos brasileiros e 20,5%





dos cearenses. Nota-se uma redução dessa taxa, que registrou, em 2015, 8% para o Brasil e 17,3% para o Ceará. Em 2017, essa taxa foi de 7% no Brasil e de 14,2% no Estado. Apesar da redução no período recente, o Ceará ainda possui taxa elevada, apresentando o dobro da nacional.

Além dos indicadores sociais citados, é relevante verificar o comportamento de variável rendimento domiciliar per capita médio mensal real. Houve uma tendência geral de crescimento no Ceará, de R\$ 514,00, em 2006, para R\$ 687,00, em 2015, e de R\$ 825,00 em 2017. No Brasil, o rendimento domiciliar per capita, em 2006, era de R\$ 928,00, passando para R\$ 1.168,00 em 2015 e para R\$ 1.271,00 em 2017.

Quando observamos a taxa de crescimento da renda média per capita por décimos da população, no Ceará, entre 2006 e 2015, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres (4,2%) cresceu aproximadamente três vezes mais que a renda dos 10% mais ricos (1,5%).

## 2.

# CRESCIMENTO ECONÔMICO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

As últimas duas décadas, caracterizadas pela crescente globalização e pelo avanço da economia neoliberal – ainda que debilitadas pela grande crise de 2008 –, trouxeram o tema da pobreza e da desigualdade de renda aos debates que a comunidade internacional





tem promovido acerca das causas e consequências do crescimento da riqueza mundial<sup>10</sup>.

Embora a riqueza global tenha crescido – e continue a crescer, mesmo a passos mais lentos –, a pobreza ainda está presente em uma grande parte do mundo e a desigualdade voltou a disparar, principalmente nos países desenvolvidos. De acordo com estimativas do Banco Mundial, a pobreza extrema ainda atingia 20,6% da população mundial em 2010. Ou seja, ainda que o crescimento econômico mundial tenha promovido uma redução na pobreza, um quinto da humanidade (ou 1,2 bilhão de indivíduos em 2010) ainda vive em condições de extrema pobreza, com renda inferior a US\$ 1,25 por dia<sup>11</sup>.

No Brasil, apesar dos incontestáveis avanços dos últimos 10 anos<sup>12</sup>, o panorama ainda é bastante desconfortável, principalmente em relação à desigualdade de renda.

Em termos de pobreza, 3,6% da população brasileira (6,5 milhões de pessoas em 2012) vivem em famílias com renda inferior à linha de indigência (R\$ 70,00 per capita em valores de 2011), incluídos na cruel estatística dos extremamente pobres, e 8,5% (15 milhões de indivíduos) em famílias com renda inferior à linha de pobreza (R\$ 140,00 per capita em 2011).

É importante, porém, reconhecer os avanços nessa área até 2012: conforme estudo do Ipea, a extrema pobreza diminuiu de 13,7% para



<sup>10</sup> O debate mais atual foi introduzido pelo economista francês Thomas Piketty, no seu livro “O Capital no Século XXI”. Abordaremos, neste capítulo, as principais conclusões dos estudos de Piketty.

<sup>11</sup> Ver dados do Banco Mundial em <http://povertydata.worldbank.org/poverty/home/> (Acesso em 05/05/2019).

<sup>12</sup> Ver, nesse sentido, o Comunicado IPEA nº 159, 01 de outubro de 2013, **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE**, disponível no seguinte endereço: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicadoipea159.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf) (acesso em 09/05/2019).





3,6% entre 1992 e 2012, enquanto a pobreza foi de 31,5% para 8,5%. Foram menos 12 milhões de pessoas vivendo na miséria e menos 28 milhões de pessoas vivendo na pobreza. Na comparação entre as décadas, o período de maior redução da pobreza ocorreu entre 2002 e 2012, quando a redução no número de pessoas na extrema pobreza foi de 10,4% ao ano, contra 4,2% na década anterior, e a redução na pobreza foi de 12,1%, em comparação a uma redução de 2,1% no período anterior (Ipea, 2013).

No entanto, estudo recente da FGV indica aumento da pobreza e da desigualdade nos últimos quatro anos até o segundo trimestre de 2018. Segundo o estudo, em 2018, havia 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com rendimentos abaixo de R\$ 232,00 por mês; cerca de 11,2% da população. A miséria subiu 33% nos últimos quatro anos (2014 a 2018). São 6,3 milhões de novos pobres – mais do que a população do Paraguai – adicionada ao estoque de pobreza.

Do final de 2014 até junho de 2018, o **Índice de Gini** subiu a uma velocidade 50% maior do que vinha caindo na época de queda da desigualdade brasileira, iniciada em 2001, perfazendo quase quatro anos consecutivos de aumento de concentração de renda. Isso não acontecia desde a derrocada do Plano Cruzado de 1986 até 1989, o recorde de desigualdade nas séries brasileiras.

O **Índice de Gini** é uma medida estatística de concentração ou desigualdade de uma variável qualquer. No caso em questão, é utilizado para calcular a desigualdade da distribuição de renda per capita. Numericamente, varia de “0 a 1”, em que o “zero” corresponde à completa igualdade de renda – todos têm a mesma renda – e “1” corresponde à completa desigualdade – quando somente uma pessoa detém toda a renda e as demais têm renda zero.





Diante desse quadro, por mais que se defenda que a política voltada para “fazer o bolo crescer” tenha efeitos positivos sobre a pobreza e a desigualdade, somente uma política socialmente focalizada nos mais pobres, aliada a medidas que efetivamente redistribuam a riqueza existente, terá resultados expressivos sobre a erradicação da miséria e a redução das desigualdades sociais no Brasil.

Assim, na implementação de suas políticas sociais, o Estado brasileiro deve intervir de forma a atacar primordialmente as desigualdades (principalmente as de renda, mas também as regionais, de acesso à terra e ao mercado de trabalho, raciais e de gênero), para que tenhamos maiores níveis de bem-estar social.

A análise do professor Thomas Piketty, da Escola de Economia de Paris (*Ecole d'économie de Paris*), no seu livro *O Capital no Século XXI* (Piketty, 2014), tem sido aclamada como uma revolução no entendimento sobre a desigualdade de renda mundial. Nas palavras de Paul Krugman<sup>13</sup>, “*este é um livro que irá mudar a forma como pensamos a sociedade e estudamos economia*”.

O principal argumento do livro de Thomas Piketty é que a riqueza (que tende a se concentrar em poucas mãos – a fração dos “1% mais ricos”) cresce mais rapidamente do que a economia, de modo que aqueles que já possuem muita riqueza vão se tornando cada vez mais ricos em relação aos demais. Assim, o mundo estaria retornando aos níveis de desigualdade do século XIX.

Para demonstrar sua tese, Piketty utilizou dados históricos das declarações do imposto de renda de 30 países, com algumas informações que chegam a retroceder ao século XVIII. Piketty analisou a evolução desses países durante mais de 300 anos (de 1700 até 2012)

---

<sup>13</sup> Em sua resenha para “*The New York Review*”, de 08/05/2014, Paul Krugman procurou sintetizar o interesse que o livro desperta da seguinte forma: “*Piketty apresenta uma abordagem que integra a análise de crescimento econômico com a de distribuição de renda e riqueza. Este é um livro que irá mudar a forma como pensamos a sociedade e estudamos economia*”.





e concluiu que a produção anual cresceu em média 1,6%, enquanto o rendimento do capital cresceu de 4% a 5% ao ano.

Ele mostra que a renda do capital – e não a renda do trabalho (salários) – predomina no topo da distribuição de renda e vem aumentando a sua participação no total da renda gerada. Esse aumento da parcela da renda do capital, por sua vez, aumenta a desigualdade, porque a renda do capital é mais desigualmente distribuída<sup>14</sup> que a renda do trabalho, tornando a sociedade do século XXI novamente dominada pela riqueza herdada, como o foi até o início do século XX. Na França, por exemplo, os “1% mais ricos” controlavam 60% da riqueza em 1910 e viram esse percentual cair a partir das duas grandes guerras mundiais até atingir menos do que 50% em 1970; no entanto, desde então, esse percentual voltou a crescer, ultrapassando os 70% em 2012.

Quanto às novas tendências e perspectivas, a conclusão final de Piketty é de que esta situação irá continuar, a não ser que se adote uma série de medidas progressistas globais, como impostos mais elevados sobre a renda e a riqueza. Ele defende, por exemplo, que, no caso dos Estados Unidos, as pessoas com rendas anuais acima de US\$ 1 milhão (cerca de R\$ 2,2 milhões em 2014) paguem alíquotas superiores a 80%. O objetivo, diz ele, é desestimular o pagamento de supersalários. Já as rendas acima de US\$ 200 mil (R\$ 440 mil em 2014) seriam taxadas em 50% ou 60%<sup>15</sup>. Não por acaso, suas ideias “revolucionárias” têm sido atacadas pela “*vanguarda do atraso*”<sup>16</sup>, que apostam na

<sup>14</sup> Veja, nesse sentido, o excelente artigo do economista Paul Krugman, “Isso sim que é ser rico”, disponível no seguinte endereço da internet: <http://justicafiscal.wordpress.com/2014/05/14/isso-sim-que-e-ser-rico-artigo-de-paul-krugman/> (Acesso em 14/05/2019).

<sup>15</sup> Nos Estados Unidos, a alíquota máxima já foi de 90% após a Segunda Guerra Mundial, mas voltou a cair depois dos anos 1970 e hoje não chega a 40%. Simultaneamente, a concentração de renda passou a subir e hoje é recorde no país.

<sup>16</sup> A revista *The Economist*, de 3 de maio de 2014, sintetizou, assim, as críticas: “Muitos pensam que Piketty se equivoca ao acreditar que o futuro será como o passado, o século XXI como o XVIII e XIX. Outros acrescentam que, na realidade, é cada vez mais difícil obter uma boa rentabilidade do capital investido. E, além disso, a maioria dos super-ricos de hoje conseguiu sua riqueza graças ao seu esforço e não por herança”. Você acredita?





manutenção do *status quo*, para que tudo fique como está: os ricos cada vez mais ricos, e os pobres, mais pobres.

# 3.

## TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não há dúvidas de que a estrutura do sistema tributário brasileiro não contribui para o desenvolvimento social do país. Isso se deve a vários motivos, sendo o principal seu caráter regressivo, pois os princípios da capacidade contributiva e o do benefício são desrespeitados flagrantemente. Além disso, a tributação poderia exercer um papel proativo nos investimentos públicos e privados, incentivando aqueles geradores de empregos e taxando com mais rigor o sistema financeiro.

Para muitos estudiosos das finanças públicas, a carga tributária bruta brasileira é muito elevada para os padrões internacionais e esse seria o principal obstáculo ao nosso desenvolvimento econômico e social.

Mas será que é possível pensar numa redução da carga tributária como principal política de desenvolvimento econômico e social no Brasil? Seria possível resolver o problema da acentuada desigualdade brasileira com uma carga tributária menor? E se a carga tributária é a grande culpada pelo baixo crescimento brasileiro das últimas décadas, por que muitas nações com tributos





mais elevados prosperaram nesse período e outras com tributação mais baixa ainda lutam para se desenvolver?

Essas são questões fundamentais que procuraremos tratar neste capítulo.

### 3.1. TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA

Como já mostrado, o Brasil detém uma das piores desigualdades de renda do mundo, sendo o terceiro pior da América Latina, superando somente Paraguai e Colômbia, segundo dados do Banco Mundial.

Diante dessa realidade, o ideal seria que nosso sistema tributário fosse orientado para amenizar os perversos efeitos sociais dessa elevada concentração de renda. No entanto, o que se tem visto é o contrário.

Estudos recentes demonstram que as reformas tributárias realizadas na América Latina tornaram a região mais desigual, especialmente em função da exploração intensiva da tributação indireta (sobre o consumo) e a negligência com a tributação direta (principalmente sobre a renda)<sup>17</sup>.

O efeito dos impactos das reformas na desigualdade social variou de país a país, mas de uma forma geral a opção fiscal adotada impactou negativamente a distribuição social da renda.

Vejamos o caso do Brasil, principalmente na década seguinte ao Plano Real (1995 a 2004), período em que se consolidou o atual sistema tributário.

### 3.2. TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

No Brasil do pós-Real (a partir de 1995), defendeu-se que a política tributária não deveria ser utilizada como instrumento de política social, sob pena de reduzir a eficiência econômica da tributação.

---

<sup>17</sup> Mahon (2012).





A ordem era aumentar a arrecadação a qualquer preço, para fazer o ajuste fiscal acertado com o Fundo Monetário Internacional - FMI, e buscar resolver a questão da redistribuição da renda pelo lado do gasto público. De certo modo, a política tributária dos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC revivia a velha e surrada fórmula de “deixar o bolo crescer para distribuir depois”, defendida pelo ministro da Fazenda Delfim Neto no auge da ditadura militar<sup>18</sup>.

A política tributária foi, então, estruturada para beneficiar o processo de internacionalização do capital financeiro, de forma a atraí-lo. No entanto, a redução da tributação do grande capital não poderia ser feita sem garantir a arrecadação necessária ao ajuste fiscal acertado com o FMI. Assim, os condutores das reformas fiscais no Brasil fizeram a opção preferencial pela tributação indireta, “invisível”, pela via dos tributos incidentes sobre o consumo, atingindo, sobretudo, os mais pobres, de forma substituta à redução da extração fiscal dos mais ricos<sup>19</sup>.

No período entre 1995 e 1998, tivemos os seguintes benefícios fiscais concedidos aos mais ricos: redução da alíquota do IRPJ das instituições financeiras, de 25% para 15%; redução do adicional do IRPJ de 12% e 18% para 10%; redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 30% para 8%, e, posteriormente, 9%; redução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao permitir a **dedução dos juros sobre capital próprio**; a isenção do imposto de renda sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior, dentre outros.

E se os ricos tiveram redução de tributos, quem pagou a conta do ajuste fiscal em 1998, já que houve expressivo aumento da arrecadação?

Para compensar as benesses ao capital, mas ainda assim aumentar a arrecadação, o governo federal lançou um pacote fiscal que previa, entre outras, as seguintes medidas: majoração de 50% da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -

---

<sup>18</sup> Gondim e Siqueira (2012).

<sup>19</sup> Gondim e Siqueira (2012).





Os **juros sobre capital próprio** foi uma inovação brasileira criada em dezembro de 1995, que possibilita às empresas distribuírem juros aos seus sócios e acionistas, deduzindo-os da base de cálculo do IRPJ e reduzindo, com isso, os tributos a serem pagos.

Assim, independentemente da ocorrência da operação de empréstimo do sócio para a empresa, esta paga juros aos sócios e acionistas, tributando-os em apenas 15% (IRPJ), quando deveria pagar 34%, caso não houvesse o “incentivo” (IRPJ, adicional e CSLL).

Cofins, elevando-a de 2% para 3%; ampliação da base de incidência do PIS/Pasep e da Cofins; aumento de 90% na alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF (atualmente extinta), incrementando-a de 0,20% para 0,38%.

Como se sabe, os impactos dessa manipulação de alíquotas incidem total e efetivamente sobre o consumo. E como as pessoas de baixa renda consomem toda a renda disponível (não há poupança) e compram basicamente gêneros de primeira necessidade, o aumento dos preços atingiu de forma “vital” esse segmento.

Por isso, a regressividade da estrutura tributária é sentida direta e especialmente pelas classes de renda mais baixa: em 1996, a carga tributária indireta sobre famílias com renda de até dois salários mínimos representava 26% de sua renda familiar; em 2002, atingiu 46%! Um aumento de quase 100%<sup>20</sup>!

Ou seja, os mais pobres pagaram a conta do ajuste fiscal de 1999!

Não é difícil, pois, imaginar a razão pela qual não houve uma gritaria dos mais ricos pelo aumento dos tributos e dos juros no Brasil nas décadas de 1990. Ambos beneficiaram, exclusivamente, os detentores da renda e riqueza nacionais, que ganharam tanto pelo lado da remuneração dos títulos da dívida pública como pelo que deixaram

---

<sup>20</sup> Siqueira (2014).





de pagar em tributos e receberam a título de incentivos<sup>21</sup>. Os governos posteriores a FHC (Lula e Dilma) mantiveram a estrutura perversa do sistema tributário instituída na década de 1990.

Para mudar esse quadro, precisamos, primeiramente, denunciar essas injustiças, mas para isso é preciso que a sociedade conheça nosso sistema tributário, o que exige fazer da educação fiscal um instrumento de luta social.

# 4.

## DESENVOLVIMENTO

### REGIONAL NO BRASIL

Um dos grandes paradoxos econômicos da atualidade é a coexistência de economias desenvolvidas em meio a bolsões de pobreza, o que se verifica tanto entre países quanto entre regiões de um mesmo país. A evolução da distribuição de renda de cada um destes dois polos parece exibir um padrão persistente: os extremos parecem divergir uns dos outros, com os pobres se tornando cada vez mais pobres, e os ricos, mais ricos.

Explicar por que algumas regiões crescem mais rapidamente é muito importante, pois disparidades persistentes na renda conduzem a grandes desigualdades sociais e são, frequentemente, fontes de tensões sociais e políticas. No entanto, mais do que explicar, é necessário propor e executar políticas que possam promover mudanças significativas neste quadro.

---

<sup>21</sup> Gondim e Siqueira (2012).



A existência de desigualdades regionais de renda entre os Estados brasileiros tem sido estudada há décadas. É de conhecimento comum que os Estados do Sul e do Sudeste, industrialmente mais avançados, juntamente com parte do Centro-Oeste, por conta do agronegócio, estão no polo mais rico desta distribuição; enquanto os do Norte e Nordeste, com organização industrial e da agricultura ainda incipientes, pertencem ao grupo dos mais pobres<sup>22</sup>. Tais discrepâncias parecem persistir, mesmo após seis décadas de políticas públicas que teriam sido desenvolvidas com o intuito de reduzir as desigualdades regionais.

A existência de desigualdades regionais acentuadas prejudica o desenvolvimento de um país e o bem-estar da sua população, podendo levar à ruptura do pacto de solidariedade federativa. Reduzir essas desigualdades é, portanto, condição imprescindível ao desenvolvimento de toda a nação.



<sup>22</sup> Veja, nesse sentido, os trabalhos citados por PAES e SIQUEIRA (2008).





No entanto, a crença nos mecanismos de mercado como elemento suficiente para induzir um processo de convergência da renda nacional não parece se sustentar, até porque o desenvolvimento econômico tem se mostrado cada vez mais dependente da inserção competitiva dos países e regiões no mercado mundial e a abertura necessária para essa inserção tende a agravar as desigualdades presentes no interior das sociedades nacionais.

Assim, a superação das assimetrias regionais passa, necessariamente, pela mediação do Estado, que continua exercendo um papel importante no “novo” padrão de acumulação capitalista do século XXI. Além disso, embora a implementação de políticas regionais na esfera federal implique custos iniciais para as regiões mais ricas, certas intervenções, se bem formuladas e executadas, poderão exercer, a médio e longo prazos, um efeito líquido positivo sobre a economia nacional com retornos substanciais em termos de bem-estar.

Como vimos na seção anterior, o Brasil é um país com uma perversa distribuição de renda. Em termos regionais, a economia brasileira é concentrada em três regiões geográficas, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul do país, com um PIB per capita, em 2016, de R\$ 40.411,82, R\$ 38.584,64 e R\$ 36.242,40, respectivamente. Em 2016, o PIB dessas três regiões representou mais de 80% do PIB brasileiro, para cerca de 64% da população do país. O PIB per capita das regiões Norte e Nordeste, nesse mesmo ano, foi de R\$ 19.043,21 e R\$ 15.779,11, respectivamente, e a participação das duas regiões no PIB brasileiro foi de menos de 20%, embora possuam essas duas regiões cerca de 36% da população do país<sup>23</sup>.

Há no Brasil a formação de três grupos de rendas per capita relativas: as regiões Norte e Nordeste, aparentemente presas numa armadilha de pobreza; a região Centro-Oeste num nível acima, mas convergindo para a média do Sul; e, do lado oposto, as regiões Sul e

---

<sup>23</sup> Fonte dos dados: IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).





Sudeste no grupo dos ricos, mas mantendo a distância relativa em termos de participação na média de renda per capita regional. A única região que apresenta um padrão comparativo com uma diminuição de desigualdades regionais no Brasil é a região Centro-Oeste, que converge para a média do país e mostra uma tendência de superar a região Sul a partir dos anos 1990<sup>24</sup>.

Para combater essas disparidades regionais, o Estado brasileiro adotou programas de desenvolvimento regional que visam transferir recursos para as áreas mais carentes do país, por meio de instrumentos creditícios e tributários, como a seguir discriminados:

- Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO);
- Os Incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus, à Amazônia Ocidental e às Áreas de Livre Comércio;
- Os Fundos Fiscais de Investimentos Regionais: Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), do Nordeste (Finor) e Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres); e
- O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE).

No entanto, tal modelo de desenvolvimento não conseguiu alterar a péssima desigualdade regional a que estamos submetidos.

Diante desse quadro, uma reforma fiscal eficiente precisa, como já observou o professor Rezende, *“ser acompanhada da revisão do federalismo fiscal brasileiro, de modo a recompor o equilíbrio federativo e estabelecer mecanismos eficazes para a cooperação intergovernamental na promoção e implementação de políticas nacionais de desenvolvimento, [...], bem como instituir novas regras voltadas para a redução das desigualdades regionais”*<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Pereira e Porto Júnior (2004, Apud PAES; SIQUEIRA, 2008)

<sup>25</sup> Rezende (2003, Apud PAES; SIQUEIRA, 2008).





Mas uma política que busque combater as desigualdades regionais deve privilegiar transferências de recursos para as regiões mais pobres com o objetivo principal de promover o desenvolvimento de sua infraestrutura e de seu capital humano.

Podemos, por exemplo, construir uma proposta de modelo de desenvolvimento regional apoiado, principalmente, na adoção do princípio do destino na cobrança do ICMS nas transações interestaduais e no fim dos incentivos fiscais e fundos de desenvolvimento regionais (com o repasse dos respectivos recursos para os entes federados mais pobres), o que torna mais equânime a distribuição dos recursos entre os entes federativos do Brasil<sup>26</sup>.

Seus resultados mostram que esse modelo beneficia os estados mais pobres da Federação, o que contribui para a redução das desigualdades regionais, com um custo relativamente baixo para os estados mais ricos. E concluem, afirmando que: *“Embora cientes da dificuldade política de se implementar uma reforma que promova perdas no curto prazo para alguns entes federativos, acreditamos que o quadro atual de desigualdade e pobreza, já estagnado há décadas, deve servir de fonte de pressão da sociedade para que tais modificações sejam finalmente promovidas. É necessário que o Brasil busque a atualização de seus modelos de política de desenvolvimento regional para atingir metas mais fortemente redistributivas e equalizadoras, a fim de tentar, na medida do possível, proporcionar a todo cidadão brasileiro condições de vida uniforme em todo o território nacional<sup>27</sup>”*.

---

<sup>26</sup> Paes e Siqueira (2008).

<sup>27</sup> Paes e Siqueira (2008).



# 5.

## MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O crescimento econômico como objetivo a ser alcançado em nome do progresso gerou um padrão de consumo que exige o uso intensivo de recursos naturais, levando à deterioração do meio ambiente.

Preocupados com esse cenário, pesquisadores intensificaram os estudos que visavam entender a interação entre economia e meio ambiente, principalmente a partir dos anos 1970, na esteira das discussões da **Conferência de Estocolmo**.

A **Conferência de Estocolmo** foi a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, à qual estiveram presentes mais de 400 instituições governamentais e não governamentais e 113 países.

No entanto, a estagnação econômica da década de 1980 mudou o foco dos estudos, atrasando o avanço nessa área de pesquisa, embora a falta de crescimento econômico, que impedia o desenvolvimento, tenha se traduzido em mais pobreza e acarretado maior pressão sobre o sistema natural.

Mas a década de 1990 trouxe de volta os intensos debates sobre o desenvolvimento e a necessidade de se pensar para além do crescimento econômico, o que gerou pesquisas e políticas públicas em prol do que se passou a chamar de **desenvolvimento sustentável**.





Segundo a WWF (World Wildlife Fund), a definição mais aceita para **desenvolvimento sustentável** é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Por exemplo, os encaminhamentos da **Rio 92**, no Rio de Janeiro, vieram no sentido de colocar, no centro do debate político-econômico, a questão ambiental. Os 179 países participantes da **Rio 92** acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um desenvolvimento sustentável. O termo “**Agenda 21**<sup>28</sup>” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI.

A **Rio 92** foi uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Também conhecida como ECO-92 ou Cúpula da Terra, ela reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época.

Nas palavras do Ministério do Meio Ambiente, a Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

<sup>28</sup> Veja detalhes do documento no site do Ministério do Meio Ambiente, no seguinte endereço: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> (Acesso em 12/05/2019).



Assim, a sustentabilidade seria obtida a partir da adoção mundial de um novo modelo de desenvolvimento baseado no uso de recursos renováveis, o que implicaria a solidariedade da atual geração com as gerações futuras.

As propostas nunca foram radicais. Pensava-se em um ajuste gradual com transformações sucessivas dos sistemas de produção, consumo e distribuição de bens e serviços.

Entretanto, pouco se avançou. Passadas mais de duas décadas da Rio 92, e embora os países tenham renovado seus compromissos com o desenvolvimento sustentável na Rio+20, a situação ambiental do planeta se agravou e as reivindicações que levaram à realização da Conferência estão longe de serem atendidas.

Os instrumentos propostos na Agenda 21 foram desmontados pelas empresas transnacionais, que se mobilizaram junto aos governos que as sediam para redefinir os acordos globais, convertendo as prescrições de desenvolvimento sustentável em mais comércio internacional e ampliação da vigência do modelo econômico global baseado no uso de recursos não renováveis.

A boa notícia é que o termo “sustentabilidade” passou a ser de domínio público, o que facilita a discussão com a sociedade e permite incluí-lo no contexto da Educação Fiscal em todos os níveis educacionais.

Esse é o desafio que está posto: pensar o desenvolvimento econômico para além do mero crescimento da produção, incluindo em sua essência a distribuição da riqueza gerada e a proteção do meio ambiente.



# 6.

## NOVAS TENDÊNCIAS

### E PERSPECTIVAS

Conforme têm alertado vários especialistas, o atual modelo de desenvolvimento econômico – fundado em crescimento ininterrupto, no lucro como único foco das empresas e em elevados níveis de consumo – já está apresentando sinais claros de esgotamento.

Estamos assistindo ao colapso dos recursos naturais, aumento da poluição e da produção de lixo não reciclável, ao aquecimento acelerado do planeta e a crises de abastecimento hídrico, tudo isso aliado às crescentes desigualdades sociais, o que corrobora a tese de esgotamento do modelo.

Nessas primeiras décadas do século XXI, a sociedade mundial tem a obrigação de repensar seus níveis de consumo de recursos naturais e se comprometer com a reversão de todos os indicadores que preveem o colapso do planeta, sem que para isso sejam abandonadas as conquistas sociais já alcançadas. E o Brasil, com suas dimensões continentais e a abundância de recursos naturais, tem um papel fundamental nesse processo de definição de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social.

Esse novo modelo deverá levar em conta, ao menos, quatro tendências e perspectivas da sociedade moderna: o uso intensivo de tecnologia digital, a sustentabilidade do planeta, a economia de serviços e a economia colaborativa.

#### **USO INTENSIVO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

Uso intensivo de tecnologia digital é responsável não somente pela otimização e automação de processos corporativos, pela agilização





de processos burocráticos e pela ampliação na oferta de serviços, mas também pelo aumento gigantesco da comunicação e interação entre as pessoas, o que tem provocado grandes mudanças comportamentais.

Os “smartphones” são verdadeiros supercomputadores que, aliados à programação em nuvem, à inteligência artificial, à internet das coisas e ao aumento da disponibilidade de serviços online, serão o sustentáculo de uma revolução tecnológica (a chamada Revolução Industrial 4.0), responsável por definir os ganhadores e os perdedores do desenvolvimento econômico deste século.

Graças a essa alta mobilidade, garantida por aparelhos celulares que permitem elevada integração entre o mundo real e o universo digital, temos acesso instantâneo e em qualquer lugar a informações, serviços e produtos, o que vai dinamizar a economia mundial, mas pode também aumentar as desigualdades, o que vai exigir um acompanhamento mais efetivo do Estado.

## **SUSTENTABILIDADE DO PLANETA**

Um dos desafios mais complexos desse novo modelo de desenvolvimento econômico será o de ampliar a oferta de produtos e serviços à população, concomitante à redução da exploração dos recursos naturais, da produção de lixo não reciclável e do aquecimento do planeta. A revolução tecnológica acima discutida será, também, a base para vencermos esse desafio, mas utilizá-la a favor da sustentabilidade vai requerer mudanças de paradigmas tanto do mundo corporativo quanto dos governos e da sociedade civil.

## **ECONOMIA DE SERVIÇOS**

A substituição de produtos por serviços se intensificou neste século e deve continuar em velocidade ainda maior. Aplicativos e sites da internet, como Youtube, Netflix, Spotify, Airbnb, Uber, ZipCar etc., substituíram diversos produtos, como DVDs, CDs, carros/táxis, imóveis etc., e outros serviços em abundância estão sendo oferecidos por meio digital, sem burocracia, de forma eficaz e eficiente, servindo, inclusive, de inspiração para novos negócios e oportunidades.





## ECONOMIA COLABORATIVA

A economia de serviços intensificou, ainda, a economia colaborativa. Especialistas são unânimes em concluir que o aumento da oferta de produtos e serviços sem o comprometimento da sustentabilidade do planeta deverá passar, necessariamente, pela otimização da utilização dos recursos disponíveis, e a economia colaborativa vem justamente para transformar bens e serviços escassos em abundantes.

Assim, a economia colaborativa aumenta a oferta ao mesmo tempo em que diminui o impacto ambiental. O compartilhamento de veículos do ZipCar é um exemplo clássico.

Em suma, os países que saírem na frente na implantação deste novo modelo de desenvolvimento econômico estarão na vanguarda da nova era econômica e terão vantagens comparativas positivas, pois a produção sustentável de produtos e serviços é um caminho sem volta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm).

FGV. **Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?** FGV Social, Rio de Janeiro: setembro/2018. Disponível em: [https://cps.fgv.br/Pobreza\\_Desigualdade?utm\\_source=portal-fgv&utm\\_medium=fgunoticias&utm\\_campaign=fgunoticias-2018-09-10&utm\\_content=noticia-pesquisa-pobreza-desigualdade](https://cps.fgv.br/Pobreza_Desigualdade?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgunoticias&utm_campaign=fgunoticias-2018-09-10&utm_content=noticia-pesquisa-pobreza-desigualdade).

GONDIM, F.; SIQUEIRA, M. L. **Bases Tributárias Brasileiras: penalizando os pobres e beneficiando os rentistas.** In CATTANI; A. D.; OLIVEIRA; M. R. (Org.). A Sociedade Justa e seus Inimigos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO Jr, R. **Economia brasileira contemporânea.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.





IBGE. **Contas nacionais anuais**. Acesso em: 01 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>>.

IPECE. **Indicadores sociais do Ceará – 2017**. Fortaleza: IPECE, 2018. Acesso em: 01 jun. 2019. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Indicadores\\_Sociais\\_2017.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Indicadores_Sociais_2017.pdf)>.

MAHON JR., J. E. **Tax Incidence and Tax Reforms in Latin America**. Woodrow Wilson Center Update on the Americas. November, 2012.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. São Paulo: Intrínseca, 2014. 672p.

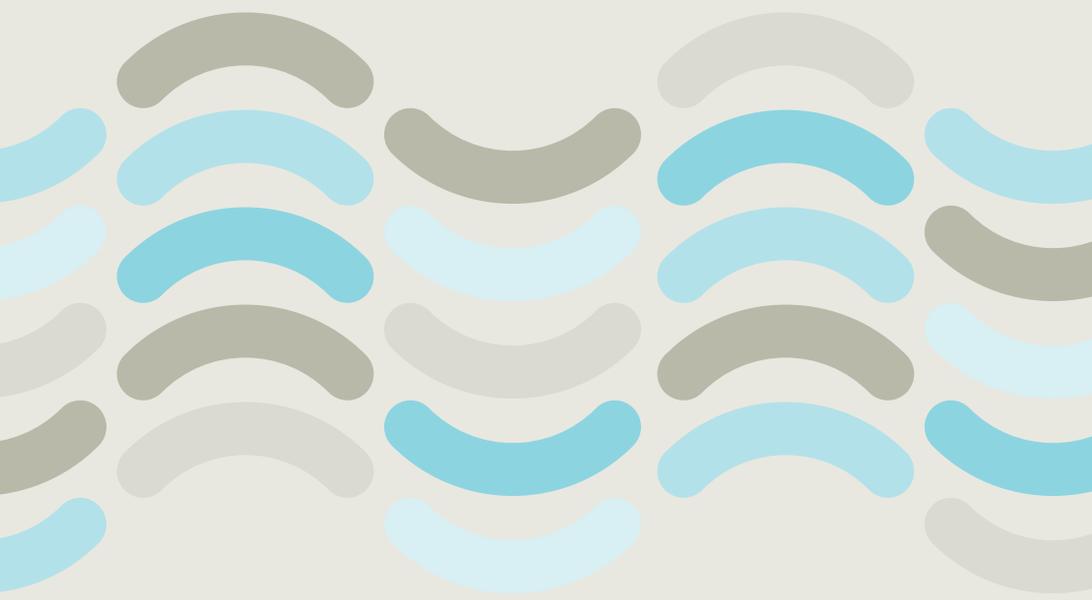
SIQUEIRA, M. L. **Educação fiscal e cidadania**. Ensino Superior. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014. 152 p. (Coleção Educação Fiscal e Cidadania).

## PERFIL DOS AUTORES

**Kamila Vieira de Mendonça** é Professora do Instituto de Ciências do Mar - Labomar - UFC, Doutora em Economia pelo CAEN / Universidade Federal do Ceará (2014), possui Mestrado em Economia Rural (UFC / 2009) e Especialização em Desenvolvimento Econômico (UFC / 2008). Atua como pesquisadora no Laboratório de Economia, Direito e Sustentabilidade.

**Marcelo Lettieri Siqueira** é Diretor Técnico do Instituto Justiça Fiscal, graduado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA (1994), com Mestrado (2002) e Doutorado (2004) em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; é professor colaborador e pesquisador da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor Convidado do FGV/Management da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Atua academicamente nas áreas de política e administração tributárias, evasão fiscal, educação fiscal, crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda.





**Apoio**



**Realização**

